



AVISO DE DISPENSA

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DIRETA Nº 018/2024

ART. 75, II DA LEI FEDERAL 14.133/2021

A Câmara Municipal de Conceição de Macabu, através da Comissão Permanente de Licitações, com base no Art. 18, VIII da Lei Municipal nº 1772/2022, torna público, que ficará disponível nos 03 (três) dias úteis a partir da publicação, para o envio dos Documentos de Habilitação e Proposta até as 17h00min do 3º (terceiro) dia útil (06/08/2024), através dos E-mails: licitacao@conceicaodemacabu.rj.leg.br; secretariageral@conceicaodemacabu.rj.leg.br ou entregue de forma física no Protocolo Geral desta Câmara situada a Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro, Conceição de Macabu-RJ, de acordo com as Leis em vigência. O Termo de Referência, seus anexos e demais informações estarão disponíveis para download no seguinte site www.conceicaodemacabu.rj.leg.br Tel. contato (22) 2779-2047 ramal 210.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de buffet e decoração para a realização da Sessão Solene em comemoração a Independência do Brasil em 07 de setembro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Conceição de Macabu-RJ, 01 de agosto de 2024.

Wilson Lourenço da Silva
Presidente da Comissão de Licitação
Matricula 033/C

Wilson Lourenço da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Nathalia Silveira Braga
Presidente
Presidente da Câmara
Biênio 2023/2024



TERMO DE REFERÊNCIA
DISPENSA DIRETA Nº 018/2024
EXCLUSIVO: EMPREENDEDOR INDIVIDUAL,
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

C M C M
Licitações e Contratos
Processo nº _____
Rubrica _____ Fis _____

ℒ Processo Administrativo nº: 384/2024
ℒ Setor Requisitante: *Secretaria Geral da Câmara*

SUMÁRIO

C M C M
Contabilidade
Processo nº _____
Rubrica _____ Fis _____

ℒ 1. OBJETO	1
ℒ 2. CONTRATAÇÃO	1
ℒ 3. JUSTIFICATIVA	1
ℒ 4. VALOR TOTAL ESTIMADO	2
ℒ 5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2
ℒ 6. DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES ESTIMADAS	2
ℒ 7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO	2
ℒ 8. PRAZO DE EXECUÇÃO	4
ℒ 9. CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO	4
ℒ 10. RECEBIMENTO DO OBJETO	4
ℒ 11. FORMA DE PAGAMENTO	4
ℒ 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	5
ℒ 13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	7
ℒ 14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	7
ℒ 15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL	10
ℒ 16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	11
ℒ 17. DA GARANTIA CONTRATUAL	12
ℒ 18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	12

1. OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de buffet e decoração para a realização da Sessão Solene em comemoração a Independência do Brasil em 07 de setembro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

2. CONTRATAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO ART. 75, II DA LEI 14.133/2021

- 2.1. A contratação será por meio de Dispensa de Licitação Art. 75, II da Lei 14.133/2021.
- 2.2. O tipo de contratação é o menor preço global.
- 2.3. A adjudicação será global.
- 2.4. Justifica-se a adjudicação global pela necessidade de padronização nos itens.

C.M.C.M
Controle Interno
Processo nº 384
Rubrica _____ Fis 92

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A Contratação de empresa para prestação de serviços de buffet e decoração se faz necessária em virtude da realização da Sessão Solene em comemoração a Independência do Brasil em 07 de setembro.



3.2. Nesse sentido, a contratação de uma empresa especializada é necessária, visto que a Câmara Municipal de Conceição de Macabu não dispõe de cerimonial, material e pessoal necessário para tal serviço.

4. VALOR TOTAL ESTIMADO

4.1. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 30.080,17 (trinta mil, oitenta reais e dezessete centavos).

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos consignados na seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária..	001 - CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU
Função.....	01 - LEGISLATIVO
Ficha.....	10 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Sub função.....	031 - AÇÃO LEGISLATIVA
Programa.....	0001 - APIO ADMINISTRATIVO
Projeto/Ative.....	2.806 - MAN. DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL
Conta.....	3.3.90.39.00 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte.....	1500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

6. DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES ESTIMADAS

LOTE	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
01	Serviço de decoração e Buffet para 300 pessoas.	Serv.	1

6.1. O serviço especificado neste pedido foi estimado para uma única vez.

C.M.C.M.
Controle Interno
Processo nº 331
Rubrica _____ Fls. 91

7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

7.1. Neste item estão apresentadas as descrições tanto dos materiais, quanto da mão de obra, considerando todo o ciclo de vida do objeto, a saber, locação de materiais e mão de obra.

7.2. Fica facultada às interessadas, a visita técnica nas dependências onde será realizada a solenidade, com a finalidade de tomar pleno conhecimento das condições técnicas, do grau de dificuldades dos trabalhos e dos demais aspectos que possam influir diretamente na elaboração da proposta, e futuramente na execução do objeto do presente Termo de Referência.

7.2.1. O dia e horário da visita deverá ser agendado com a Secretaria Geral, através do Tel. (22) 2779-2047, RAMAL: 201, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas. A última



visita técnica ocorrerá até o último dia útil anterior à data final para apresentação de proposta e poderá ser realizada por qualquer profissional devidamente habilitado da empresa.

Lote	Itens	Descrição	Unid.	Quant.
01	01	Aparador de 1,20 metros de largura, cor dourada envelhecida para entrada da solenidade	Unid.	2
	02	Mesa com 2 metros de largura, com toalha dourada para colocação das placas de homenagens	Unid.	1
	03	Tenda 2x2 metros	Unid.	2
	04	Púlpito em acrílico	Unid.	1
	05	Tecido brocado da cor azul para a bancada dos vereadores	Mt.	30
	06	Tapete de 3x3 (três por três) metros, peludo, cor bege, para decoração	Unid.	2
	07	Carpete vermelho, para decoração, da entrada do auditório à mesa solene	Mt.	80
	08	Arranjos de flores tamanho grande (Rosas, Astromélia, Lírios e flores do campo) para decoração da solenidade.	Unid.	4
	09	Vasos para flores da cor dourada, para decoração, estilo XV em envelhecido	Unid.	4
	10	Arranjos para mesa de Cerimônia dos vereadores, 5 (cinco) metros de comprimentos	Unid.	1
	11	Banner 2x2 (dois por dois) metros com a logo da Câmara Municipal de Conceição de Macabu, com estrutura e iluminação, para a entrega dos Títulos	Unid.	1
	12	Iluminação para o corredor de entrada da Câmara Municipal	Unid.	1
	13	Iluminação para a fachada da Câmara Municipal	Unid.	1
	14	Decorador	Serv.	1
	15	15.1 4000 (quatro mil) salgados (fritos e assados): - Quibe, coxinha, bolinha de queijo, bolinho de carne seca, rissole de frango, rissole de carne, bolinho de bacalhau, pastel de forno de frango, empanado de camarão e folhado de abacaxi e bacon (unidades de no mínimo 35g cada) 15.2 Mesa de doces : - 10 Bolos caseiros de tamanho médio, doces em compota (banana, mamão, figo, pêsego) mouse, manjar 15.3 Frutas fatiadas: - melancia, melão, abacaxi, uva e morango 15.4 Bebidas: - 45 Fardos com 12 de ÁGUA MINERAL 510 ml - 15 Pacotes com 06 unidades de REFRIGERANTE com pet de 02 (dois) litros - 20 Caixas de SUCO DA FRUTA (vários sabores) embalagem de 01 (um) litro 15.5 Material: - Guardanapos, bandejas, fritadeiras, prato, talheres, copos de vidro bistrô e todo material de apoio	Pessoas	300
	16	Garçons	Serv.	5
	17	Cozinheiras	Serv.	3
	18	Copeiras	Serv.	2

[Handwritten signature]
Secretaria Geral
Portaria 03-2023



8. PRAZO DE EXECUÇÃO ✎

8.1 O prazo de vigência para o serviço do objeto contratado será de até 05 (cinco) horas, com 01 (uma) hora de antecedência ao início do evento para preparação e 04 (quatro) horas de serviço ininterrupto.

8.2 A Nota de Empenho será emitida até 05 (cinco) dias antes da realização do evento.

9. CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO ✎

9.1 Não se aplica por se tratar de um único fornecimento/serviço.

10. RECEBIMENTO DO OBJETO ✎

10.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos nos prazos previstos nos mesmos.

10.2. Serão recebidos provisoriamente pelo(s) responsável(s) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, mediante Termo de Recebimento Provisório.

10.3. Serão recebidos definitivamente após a verificação de conformidade e consequente aceitação mediante Termo de Recebimento Definitivo.

10.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

11. FORMA DE PAGAMENTO ✎

C.M.C.M.
Comissão Intergestores
Processo nº 384
Rubrica Fls 93

11.1. Os pagamentos serão efetuados pela Câmara Municipal de Conceição de Macabu, em moeda corrente nacional, em 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo e comprovação de regularidade fiscal junto ao INSS e ao FGTS.

11.2. Não será admitida pela Contratada a extinção do contrato ou a sua suspensão em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o a mesma tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído, conforme inciso I, parágrafo 3º do art. 137 da Lei 14.133/2021.

11.3. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de multa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado

Maria Izabel A. Carvalho
Secretaria de Administração
Portaria 306/2021



pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

11.4. A Contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a Contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.a) Realizar o serviço, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela Lei Federal de Licitações.

12.b) Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação direta.

12.c) Responsabilizar-se, exclusivamente por quaisquer ônus, direito e obrigações, vinculadas à legislação tributária, trabalhista, segurança e medicina do trabalho, previdenciária ou comercial, decorrente da contratação.

12.d) Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto deste contrato.

12.e) Executar o contrato através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo o Contratante exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente e obrigando-se também a indenizar o Contratante por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.

12.f) Responder perante o Contratante por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento ora contratado, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando ao Contratante o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.

12.g) Facilitar e permitir ao Contratante, a qualquer momento, a realização de auditoria do objeto contratado, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade ao Contratante, e esclarecer prontamente as questões relativas à execução do contrato, quando solicitada.

12.h) Não utilizar o nome da Câmara Municipal de Conceição de Macabu em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.

12.i) Não se pronunciar em nome da Câmara Municipal de Conceição de Macabu a órgãos da imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.

12.j) Comunicar ao Contratante, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.

C.M.C.M.
Controle Interno
Processo nº 384
Rubrica A Fls 94

Jeanmy A. Carvalho
Secretaria Geral
Portaria 03/2023



12.k) Comunicar ao Contratante, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, e-mail).

12.l) Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão do fornecimento a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

12.m) Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.

12.n) Apresentar ao Contratante, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.

12.o) Assumir total responsabilidade pelos produtos que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do Contratante, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato à Câmara o valor do prejuízo acarretado.

12.p) Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os produtos considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em desacordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério de o Contratante aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.

12.q) Requerer a exclusão da Câmara de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.

12.r) Obter as Licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.

12.s) A Câmara não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.

12.1 OUTRAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1.a) A arrumação e decoração das mesas onde se encontrarão dispostos os alimentos deverão ser realizados pelo *buffet* com aprovação prévia do Gestor do Contrato.

12.1.b) Qualquer dano ou extravio de talheres, louças, bandejas, copos e demais louças será de responsabilidade da Contratada.

12.1.c) Todo material para uso da limpeza da louça utilizada nos eventos deverá ser fornecido pela Contratada.

C.M.C.M.
Controle Interno
Processo nº 384
Rubrica A Fls 95



12.1.d) Os produtos solicitados deverão ser de boa qualidade e conter etiqueta constando nome do produto, data de validade legível e o peso.

12.1.e) Os produtos requisitados não poderão ser expostos a intempéries da natureza, tais como chuva, sol ou calor excessivo.

12.1.f) Os produtos solicitados deverão ser acondicionados em embalagens /ou recipientes limpos e apropriados (alumínio, cartonado, isopor ou caixas de polietileno).

12.1.g) As caixas para transporte dos produtos deverão ser térmicas nos casos em que os gêneros requisitados necessitem de ambiente apropriado para conservação.

12.1.h) Permitir que servidor responsável pelo recebimento dos produtos examine a qualidade e as quantidades dos produtos com base na Ordem de Serviços.

12.1.i) Os profissionais prestadores de serviço deverão estar uniformizados, sendo obrigatório o uso de uniforme social para a equipe de garçons.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.a) Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização da Contratante de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da Contratada por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.

13.b) Notificar, por escrito, à Contratada sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.

13.c) O Contratante se reserva o direito de solicitar os produtos ora contratado, na sua totalidade ou parcialmente, de acordo com a sua necessidade e conveniência.

13.d) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos materiais efetivamente entregues e faturados, nas condições estabelecidas no contrato.

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021.

14.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- SICAF;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

C.M.C.M.
Controle Interno
Processo nº 384
Rubrica A Fis 96

Mary Jeanny A. Carvalho
SEC. de Int. Geral
Portaria 03/2023



14.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

14.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio dos documentos enviados através do e-mail: <licitacao@conceicaodemacabu.rj.leg.br>.

14.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

14.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

- 14.12.1. A documentação relativa à capacidade jurídica consistirá em:
 - 14.12.1.1. Cédula de Identidade, ou;
 - 14.12.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;
 - 14.12.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
 - 14.12.1.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de registro de ata de eleição da diretoria em exercício, ou;

C.M.C.M.
Controle Interno
Processo nº 384
Rubrica A Fis 97



14.12.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

▪ 14.12.2. A documentação relativa à qualificação técnica consistirá em:

14.12.2.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica expedidos por entidades da Administração Pública ou Pessoa Jurídica de Direito Privado para os quais esteja ou tenha fornecido e/ou comercializado produtos iguais e/ou semelhantes ao objeto deste Termo de Referência, e que comprovem o desempenho satisfatório do fornecimento. Não será obrigatória a comprovação de características, quantidades e prazos com o objeto da contratação, evitando assim restringir o caráter competitivo.

▪ 14.12.3. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:

14.12.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica. Não será causa de inabilitação do fornecedor a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente;

14.12.3.1.1. Para os fornecedores sediados na cidade de Conceição de Macabu, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição.

14.12.3.1.2. Os fornecedores sediados em outras Comarcas ou Estados deverão apresentar, juntamente com as Certidões exigidas, declaração passada pela autoridade judiciária de sua Comarca, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de Falências e Recuperação Judicial, ou de execução patrimonial, dispensadas, nos casos que a própria Certidão de Falência e Recuperação Judicial ou de execução patrimonial conste como Cartório Único de Distribuição daquela Comarca.

14.12.3.1.3. As Certidões Negativas de Falência ou Recuperação Judicial emitidas pelo Tribunal de Justiça do Estado sede do fornecedor que tenham abrangência de todos os Cartórios ou Ofícios, ficam dispensadas as comprovações por meio da Declaração na forma do subitem 14.12.3.1.2 do Termo de Referência.

▪ 14.12.4. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista consistirá em:

14.12.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF;

14.12.4.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor;

14.12.4.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, consistente na apresentação da certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa relativa a tributos e contribuições federais, dívida ativa da União e regularidade com as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751, de 02/10/2014;

14.12.4.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, inclusive Dívida Ativa, relativos aos tributos de ICMS, da sede do fornecedor;

14.12.4.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor.

14.12.4.5.1. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal deverá constar regularidade com ISS e Taxas.

14.12.4.5.2. Para as empresas com sede no Município de Conceição de Macabu, a regularidade com a Fazenda Municipal será realizada através da apresentação das Certidões de Tributos Mobiliária (ISS e Taxas).

Controle Interno
Processo nº 384
Rubrica _____ Fis _____



14.12.4.6. Prova de Regularidade (CRF) com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços - FGTS;

14.12.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943 e de acordo com a Lei Federal n.º 12.440/2011.

14.12.4.8. As provas de inscrição previstas no subitem 14.12.4 poderão ser confirmadas através das apresentações das Certidões Negativas e/ou Positivas com efeitos de Negativa previstas nos subitens 14.12.4.3, 14.12.4.4, 14.12.4.5, 14.12.4.7.

▪ 14.12.5 - Documentos Complementares

14.12.5.1 - Declaração formal assinada pelo representante legal do fornecedor em cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, na forma que dispõe o art. 10 do Decreto nº 18345 e seu anexo, conforme modelo de Declaração da Câmara - ANEXO I.

14.12.5.2 - Declaração formal assinada pelo representante legal do fornecedor em relação a Visita Técnica Facultativa, em caso de ter realizado a Visita Técnica, modelo de Declaração da Câmara - ANEXO II, em caso de não ter realizado a Visita Técnica, modelo de Declaração da Câmara - ANEXO III.

14.12.5.3 - Proposta formal assinada pelo representante legal do fornecedor, modelo de Proposta da Câmara - ANEXO IV.

15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

15.1. Caberá ao Gestor do Contrato o acompanhamento da execução da contratação, inclusive suas prorrogações e aditamentos, quando for o caso, objetivando a verificação e controle de valores e quantitativos, cumprimento de metas e dos prazos legais e convencionais, bem como de outros elementos necessários à boa execução da contratação.

▪ Gestor do Contrato, designado na Portaria nº 003, de 03 de janeiro de 2023:

↳ Mary Jeanny Arraiol Carvalho, Secretária Geral da Câmara.

15.2. Caberá à Comissão de Fiscalização, formada pelos servidores abaixo indicados, a fiscalização da contratação, ficando responsáveis pelo recebimento, devendo acompanhar e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização de falhas e/ou defeitos observados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato:

Ana Aparecida Neves França Couto Mat.: 018/C Recepcionista	
Vera Lúcia Buzzi Donato Sancho Mat.: 021/C Auxiliar de Serviços Gerais	
Maiara dos Santos de Souza Port.: 002/2023 Assessora da Presidência	
Pablo Madureira Pereira Port.: 051/2023 Chefe do Setor de Serviços Gerais	

Mary Jeanny Arraiol Carvalho
Secretária Geral
Portaria 03/2023



16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A participante que ensejar o retardamento da execução do procedimento, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo idôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito prévio da citação e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores da Administração, e no caso de suspensão do direito de participação em licitações, o contratado deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no termo de referência e no contrato e das demais combinações legais.

16.3. Pelo inadimplemento de qualquer condição ou cláusula ou pela inexecução total ou parcial do mesmo, por infração dos preceitos legais ou fraude, por qualquer meio, da presente contratação, o contratado ficará sujeito a uma ou mais das seguintes penalidades, a juízo do Contratante, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa:

- 16.3.a) advertência por escrito;
- 16.3.b) multa de 1% (um por cento) ano dia, sobre o valor total ou parte do fornecimento e/ou serviço, comprovado e atestado que não foi fornecido e/ou prestado os produtos e/ou serviços adjudicados, fornecidos e/ou prestado com atraso, ou insatisfatoriamente, causando atraso no andamento das atividades da Câmara Municipal de Conceição de Macabu, até o limite de 30% (trinta por cento) quando não se comprove motivo de força maior ou caso fortuito impeditivos do cumprimento da obrigação assumida, dentro do prazo estabelecido;
- 16.3.c) suspensão temporária, por um prazo não superior a 03 (três) anos, de participar em procedimento licitatório e impedimento de contratar com a Administração, sem prejuízos de outras sanções cabíveis;
- 16.3.d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo mínimo a 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;

16.4. A aplicação das penalidades previstas no Termo de Referência e na Lei Federal nº 14.133/2021 e posteriores alterações, não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

16.5. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva Contratada. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração Municipal ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

16.6. Além das multas que serão aplicadas a inadimplentes, as irregularidades mencionadas nos itens anteriores serão anotadas nas suas respectivas fichas cadastrais.

16.7. As multas são independentes e as aplicações de uma não excluem a aplicação das outras.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

17. DA GARANTIA CONTRATUAL ↘

17.1. Não será exigida a garantia contratual, pois o objeto não é de grande complexidade.

18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ↘

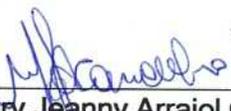
18.1. Este Termo de Referência é parte integrante e complementar às cláusulas e condições previstas nos instrumentos constantes do processo administrativo nº 384/2024, vinculando os agentes públicos e aos participantes deste procedimento, para todos os fins.

18.2. Fica vinculada à proposta do contratado vencedor a este Termo de Referência;

Conceição de Macabu/RJ, 25 de julho de 2024.

Elaborado por

Mary Jeanny A. Carvalho
Secretária Geral
Portaria 03/2023


Mary Jeanny Arraiol Carvalho
Secretária Geral
Port. Nº 003/2023

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, **APROVO** o presente Termo de Referência.


Nathália Silveira Braga
Presidente
Nathália Silveira Braga
Presidente da Câmara

ANEXOS:

- ANEXO I - DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
- ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA - FACULTATIVA
- ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA TÉCNICA
- ANEXO IV - PROPOSTA

C.M.C.M.
Controle Interno
Processo nº 384
Rubrica A FIs 101

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

📍 Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro - Conceição de Macabu/RJ - CEP: 28740-000

✉ camara@conceicaodemacabu.rj.leg.br 📞 (22) 2779-2047 🌐 <https://www.conceicaodemacabu.rj.leg.br/>



ANEXO I
DECLARAÇÃO RELATIVA À TRABALHO COM MENORES

A empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) _____, o (a) portador (a) da Carteira de identidade n.º _____ e CPF n.º _____, interessada em participar da Dispensa de Licitação n.º _____/_____, da Câmara Municipal de Conceição de Macabu, **DECLARA** para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei n.º 9.954, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Local e data.

Nome da Empresa
Responsável legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Obs.: Favor preencher em papel timbrado do fornecedor, com assinatura do responsável legal e/ou representante legal da contratada.

C.M.C.M.
Controle Interno
Processo nº 384
Rubrica Fis 102


Mary Jeanny A. Carvalho
Secretária Geral
Portaria 03/2023



ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA - FACULTATIVA

Eu,(Representante Legal devidamente qualificado),
da empresa Inscrita no CNPJ nº
....., portador(a) do CPF nº, declara, em atendimento ao
previsto no Termo de Referência com vistas à Contratação de empresa para prestação de
serviços de buffet e decoração para a realização da Sessão Solene em comemoração a
Independência do Brasil em 07 de setembro.

DECLARO, para os devidos fins, que vistoriei p local onde serão executados os serviços, para
efeito de conhecimento do objeto contratado, não sendo admitidas, em hipótese alguma,
alegações de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

DECLARO também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado utilizados
na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo
de reclamação posterior por parte da empresa quanto aos valores.

_____, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Técnico credenciado da Empresa

Secretaria Geral da Câmara Municipal de Conceição de Macabu

(Responsável pelo acompanhamento visita técnica)

* Declaração a ser emitida pelo fornecedor em papel que a identifique.

C.M.C.M.
Controle Interno
Processo nº 384
Rubrica A Fis 103

Mary Jeanny A. Carvalho
Mary Jeanny A. Carvalho
Secretaria Geral
Portaria 03/2023



ANEXO III ↘ MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA TÉCNICA

Eu, (Representante Legal devidamente qualificado),
da empresa inscrita no CNPJ nº
....., portador(a) do CPF nº, declara, em atendimento ao
previsto no Termo de Referência com vistas à Contratação de empresa para prestação de
serviços de buffet e decoração para a realização da Sessão Solene em comemoração a
Independência do Brasil em 07 de setembro.

DECLARO, para os devidos fins, que **NÃO** vistoriei o local onde serão prestados os serviços,
para efeito de conhecimento do objeto contratado, assumindo assim que **CONCORDO**
todas as condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, e que, ainda
assumo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude
de minha omissão na verificação das condições do local.

DECLARO ainda que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com
as exigências do Termo de Referência e seus anexos e assim assumimos o compromisso de
honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório, sem quaisquer direitos a
reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às
particularidades do objeto.

DECLARO, também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado,
utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo
qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto aos valores.

_____, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Técnico credenciado da Empresa.

* Declaração a ser emitida pelo fornecedor em papel que a identifique. Preenchimento
obrigatório se não for realizada a visita técnica.

C.M.C.M.
Controle Interno
Processo nº 384
Rubrica A Fls 104


Jeaniny A. Carvalho
Secretaria Geral
Portaria 03/2023



DISPENSA DIRETA ART. 75, II DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 Nº 018/2024

EXCLUSIVO: EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

ANEXO IV

PLANILHA DE PREÇOS

PROC. Nº 384/2024

FLS.: _____ ASS. _____

Lote	Item	Descrição Completa do Material/Serviço/Obra	QTD	UND	Critério de Aceitabilidade		PROPOSTA		
					Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Marca
1	1	Aparador de 1,20 metros de largura, cor dourada envelhecida para entrada da solenidade	2	Unid	R\$ -	R\$ -			
	2	Mesa com 2 metros de largura, com toalha dourada para colocação das placas de homenagens	1	Unid	R\$ -	R\$ -			
	3	Tenda 2x2 metros	2	Unid	R\$ -	R\$ -			
	4	Púlpito em acrílico	1	Unid	R\$ -	R\$ -			
	5	Tecido brocado da cor azul para a bancada dos vereadores	30	Metro	R\$ -	R\$ -			
	6	Tapete de 3x3 (três por três) metros, peludo, cor bege, para decoração	2	Unid	R\$ -	R\$ -			
	7	Carpete vermelho, para decoração, da entrada do auditório à mesa solene	80	Metro	R\$ -	R\$ -			
	8	Arranjos de flores tamanho grande (Rosas, Astromélia, Lírios e flores do campo) para decoração da solenidade.	4	Unid	R\$ -	R\$ -			
	9	Vasos para flores da cor dourada, para decoração, estilo XV em envelhecido	4	Unid	R\$ -	R\$ -			
	10	Arranjos para mesa de Cerimônia dos vereadores, 5 (cinco) metros de comprimentos	1	Unid	R\$ -	R\$ -			
	11	Banner 2x2 (dois por dois) metros com a logo da Câmara Municipal de Conceição de Macabu, com estrutura e iluminação, para Entrega do Títulos	1	Unid	R\$ -	R\$ -			
	12	Iluminação para o corredor de entrada da Câmara Municipal	1	Unid	R\$ -	R\$ -			
	13	Iluminação para a fachada da Câmara Municipal	1	Unid	R\$ -	R\$ -			
	14	Decorador	1	Serviço	R\$ -	R\$ -			
15	4000 (quatro mil) - Salgados (fritos e assados) - Quibe, coxinha, bolinha de queijo, bolinho de carne seca, rissole de frango, rissole de carne, bolinho de bacalhau, pastel de fomo de frango, empanado de camarão e folhado de abacaxi e bacon (unidades de 35g cada). Mesa de doces – 10 Bolos caseiros de tamanho médio, doces em compota (banana, mamão, figo, pêssego) mouse, manjar. Frutas fatiadas – melancia, melão, abacaxi, uva e morango. Bebida 45 Fardos com 12 de água mineral 510 ml 30 Pacotes com 06 Litros de Refrigerante pet 2 l 10 Caixas de Suco da Fruta (vários sabores) embalagem de 01 (um) litro Material Guardanapos, bandejas, fritadeiras, prato, talheres, copos de vidro bistrô e todo material de apoio.	300	Pessoas	R\$ -	R\$ -				
16	Garçons	5	Serviço	R\$ -	R\$ -				
17	Cozinheiras	3	Serviço	R\$ -	R\$ -				
18	Copeiras	2	Serviço	R\$ -	R\$ -				
Total do serviço de decoração e buffet para 300 pessoas					1	Serviço	R\$ 30.080,17	R\$ 30.080,17	
							Valor Total	R\$ 30.080,17	

VALOR POR EXTENSO:

R\$

Contratação de empresa para prestação de serviços de buffet e decoração para a realização da Sessão Solene em comemoração a Independência do Brasil em 07 de setembro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência

Espaço reservado a Empresa (carimbo e assinatura)	Câmara Municipal de Conceição de Macabu - CMM
---	---

EMPRESA: _____
 CNPJ Nº: _____
 ENDEREÇO: _____ BAIRRO: _____
 CIDADE: _____ ESTADO: _____ CEP: _____

C.M.C.M.
 Controle Interno
 Processo nº 384/2024
 Rubrica nº 105

Mary Jeanny A. Carvalho
 Secretária Geral
 Portaria nº 2023

C M C M
 Licitações e Contratos
 Processo nº
 Rubrica FLS

C.M.C.M.
 Controle Interno
 Processo nº
 Rubrica